

ARTIGOS

O PÚBLICO E O PRIVADO:
TRAÇOS DA CULTURA BRASILEIRA
ENTRE OS JOVENSANDRÉ TORELI SALATINO^IBELMIRA OLIVEIRA BUENO^{II}

RESUMO

O artigo problematiza aspectos constitutivos da cultura brasileira, em particular a questão do público/privado, a partir da análise das relações que os jovens das classes populares estabelecem com os aparelhos celulares. A pesquisa empírica, de natureza etnográfica, buscou realizar uma descrição densa a partir de observações realizadas em salas de aula do ensino médio de uma escola pública da periferia da cidade de São Paulo. Conclui-se que os usos dos celulares pelos jovens denotam não apenas seus gostos e estilos de vida como, também, posturas típicas da cultura brasileira relacionadas a traços de nossa modernidade e às características da sociedade contemporânea que se exteriorizam como práticas de distinção dos indivíduos e de esvaziamento de sentido do espaço público.

CULTURA • TELEFONES CELULARES • JUVENTUDE • ETNOGRAFIA

THE PUBLIC AND THE PRIVATE: TRAITS OF
BRAZILIAN CULTURE AMONGST YOUNGSTERS

ABSTRACT

This article discusses aspects of Brazilian culture, particularly the issue of public/private, based on the analysis of the relationships that young people from lower classes have with their cell phones. This empirical, ethnographic study attempts to give a deep description based on observations made in high school classrooms in a public school on the outskirts of the city of São Paulo. The conclusion was reached that the use of cell phones by young people denotes not only their tastes and life styles, but also typical postures of Brazilian culture related to traces of our modern life and to the characteristics of contemporary society that are externalized as practices of distinguishing individuals and of draining of meaning from public spaces.

CULTURE • CELL PHONES • YOUTH • ETHNOGRAPHY

^I Instituto Federal
Catarinense (IFC),
Blumenau (SC), Brasil;
andre.salatino@ifc.edu.br

^{II} Universidade de São Paulo
(USP), São Paulo (SP),
Brasil; bbueno@usp.br

SPHÈRE PUBLIQUE ET SPHÈRE PRIVÉE: TRAITS DE LA CULTURE BRÉSILIENNE PARMIS LES JEUNES

RÉSUMÉ

Cet article problématise certains aspects constitutifs de la culture brésilienne, en particulier la question du privé/public, à partir de l'analyse des rapports que les jeunes des classes populaires entretiennent avec les téléphones portables. Il s'agit d'une recherche empirique, de nature ethnographique, qui cherche à décrire cette question de la manière la plus complète possible à partir d'observations réalisées dans des classes d'un lycée public de la banlieue de São Paulo. La conclusion est que l'utilisation des téléphones portables chez les jeunes indique non seulement leurs goûts et styles de vie, mais aussi certaines postures typiques de la culture brésilienne liées à des traits de notre modernité et à des caractéristiques de la société contemporaine. Ces attitudes s'extériorisent comme pratiques de distinction entre individus et vident de sens l'espace public.

CULTURE • TÉLÉPHONES PORTABLES • JEUNESSE • ETHNOGRAPHIE

LO PÚBLICO Y LO PRIVADO: RASGOS DE LA CULTURA BRASILEÑA ENTRE LOS JÓVENES

RESUMEN

El artículo problematiza aspectos constitutivos de la cultura brasileña, en particular la cuestión de lo público / privado, a partir del análisis de las relaciones que los jóvenes de las clases populares establecen con los aparatos celulares. La investigación empírica, de naturaleza etnográfica, buscó realizar una descripción densa a partir de observaciones realizadas en aulas de la educación secundaria de una escuela pública de la periferia de la ciudad de São Paulo. Se concluye que los usos de los celulares por los jóvenes denotan no sólo sus gustos y estilos de vida, sino también posturas típicas de la cultura brasileña relacionadas a rasgos de nuestra modernidad y a las características de la sociedad contemporánea que se exteriorizan como prácticas de distinción de los individuos y de vaciamiento de sentido del espacio público.

CULTURA • TELÉFONO MÓVIL • JUVENTUD • ETNOGRAFIA

EM SEU TEXTO *AS TÉCNICAS DO CORPO*, MARCEL MAUSS (1950/2003) MOSTRA QUE certos padrões culturais incorporados pelos sujeitos sociais expressam a forma particular com que, em cada sociedade, os homens aprendem a servir-se de seus corpos. A criança inglesa cuja origem poderia ser sugerida pela forma como se senta e se porta à mesa, conservando seus cotovelos junto ao corpo e, quando não está comendo, apoiando as mãos sobre os joelhos, diferenciando-se da criança francesa, cujos cotovelos em forma de leque, ficam apoiados por sobre a mesa, indica a força que os traços de uma cultura têm sobre seus integrantes. Bourdieu e Saint-Martin (1976) falam em *hexis* corporal para se referir a essa ideia, a essa força da cultura e do *habitus* de classe – como influências culturais inscritas nos detalhes de nossos gestos, falas e posturas que, também, se encontram presentes na forma como nos relacionamos com os objetos.

Nosso esforço no presente trabalho consiste em interpretar aspectos da cultura brasileira a partir das relações estabelecidas pelos jovens das classes populares com os aparelhos celulares. Para analisar as práticas dos jovens com esses aparelhos tecnológicos, servimo-nos de procedimentos metodológicos próprios da etnografia, realizando um trabalho de campo, ao longo do ano letivo de 2013, em diferentes espaços de uma escola de ensino médio da periferia da cidade de São Paulo, aqui denominada Escola B.

Com Geertz (1973), entendemos que um empreendimento etnográfico não é mera questão técnica, como o mapeamento do campo

ou a escrita de um diário, mas, sim, um esforço intelectual de seus praticantes na busca de uma descrição densa. Aquilo que Geertz (1973) exemplifica em seu ensaio por meio dos diversos sentidos da piscadela, contrapondo o ato mecânico de um tique nervoso ao de alguém que pisca para o outro como sinal de uma cultura, como “ato conspiratório”, ou mesmo a imitação ou o ensaio de piscadelas, podemos trazer para nosso contexto e afirmar que condutas semelhantes, como as dos jovens, de ouvir músicas em seus aparelhos celulares, podem se referir a ações típicas de uma cultura. Compreender essas ações dos jovens como ações simbólicas consiste em interpretá-las, tendo clara a noção de que se trata de comentários que vão além de si mesmos, pois não se esgotam na microcultura em que se inserem: antes, têm algo a dizer sobre nossa própria sociedade, sobre a forma como nos relacionamos com os outros e com as tecnologias.

Dessa maneira, tentamos compreender o conceito de cultura na forma como o próprio Geertz propôs, de um ponto de vista essencialmente semiótico:

Acreditando com Max Weber que o homem é um animal preso em teias de significações que ele mesmo teceu, considero a cultura como sendo essas teias, e sua análise há de ser, portanto, não uma ciência experimental em busca de leis, mas uma ciência interpretativa em busca de significações. O que busco é a explicação, interpretando expressões sociais que são enigmáticas em sua superfície.¹ (1973, p. 5, tradução nossa)

Em nossa experiência de campo, pudemos ver que os aparelhos celulares, em sua materialidade, parecem muitas vezes funcionar como extensões corporais dos alunos, sendo segurados de forma constante e acompanhando seus diversos movimentos gestuais. Nesse sentido, tanto em termos de sua materialidade quanto das práticas que lhes são associadas, o uso desses aparelhos guarda uma forte relação com o ambiente social e cultural dos usuários, bem como com suas práticas de consumo (SILVA, 2007), sendo portanto um elemento mobilizador na constituição de modos de ser, de viver, e na construção da subjetividade dos indivíduos. Por meio de apropriações e reapropriações de artefatos tecnológicos produzidos de forma globalizada, as culturas locais produzem suas próprias especificidades, traduzidas em diferentes padrões de adoção e regras de uso desses aparelhos (NICOLACI-DA-COSTA, 2004).

A base do argumento de Silva (2007) consiste nas observações feitas por Lasen (2005) em um estudo realizado em diferentes países europeus. Tais observações sugerem, por um lado, a existência de traços em comum, no que diz respeito ao uso de celulares, entre os países visitados, os quais podem ser estendidos à realidade brasileira. Os alunos

¹ No original: “Believing, with Max Weber, that man is an animal suspended in webs of significance he himself has spun, I take culture to be those webs, and the analysis of it to be therefore not an experimental science in search of law but an interpretive one in search of meaning. It is explication I am after, construing social expressions on their surface enigmatical.”

que acompanhamos parecem, com efeito, não se desprender de seus celulares desde a chegada até sua saída da escola. Sua conduta apresenta, nesse sentido, o traço global do uso desses aparelhos, que consiste no fato de os indivíduos estarem frequentemente segurando-os e os exibindo, mesmo sem usá-los, quando caminham pelas ruas ou por outros espaços públicos, como praças e parques.

Por outro lado, há também aspectos que diferenciam e particularizam a forma de utilização das tecnologias, pois os seus usos e significados são perpassados pelas culturas locais, levando a observar que os traços que tendem a caracterizar uma determinada cultura se mostram na forma como os indivíduos se apropriam das possibilidades de uso abertas pelos aparelhos tecnológicos. Por exemplo, os ingleses, por serem mais reservados, utilizam em proporção muito maior o modo silencioso de seus aparelhos do que em outros países europeus, como a Espanha.

Poderíamos, a partir dessas observações, indagar de que forma a “cultura brasileira”, compreendida como um contexto simbólico no qual certas práticas podem ser entendidas e adquirem sentido, funciona como uma mediação na qual se produz uma apropriação específica dos aparelhos celulares. Quais seriam as formas de uso mais típicas em nosso contexto cultural que possibilitam uma disseminação maior de certas práticas do que de outras? Para trabalharmos esses traços, partimos de um exemplo contido em uma de nossas observações de campo, cuja situação toca de perto um aspecto típico de nossos traços culturais.

No início da aula, o professor comenta sobre um dos alunos que “parece estar em seu escritório”. Ele se encontra sentado ao fundo da sala com o celular no ouvido conversando com alguém. O professor, iniciando sua fala, pede ao aluno que colabore. O aluno responde fazendo um sinal com a mão, acenando para que o professor espere. (RA-11, 3º ano X)

Nesse excerto tudo se passa como se o professor, ao decidir iniciar a aula naquele momento, tivesse optado por atrapalhar a conversa do aluno ao celular. A importância dos assuntos privados do aluno parece sobrepor-se à do interesse coletivo num espaço que tem um caráter público. Não se tratando de um caso isolado, as ligações de celulares efetuadas no interior de uma das salas de aula do ensino médio da Escola B mostram como tais aparelhos tendem a reconfigurar as divisões entre as dimensões pública e privada da vida cotidiana. Nossa vivência contemporânea em meio aos aparelhos tecnológicos mostra que as fronteiras entre a esfera pública e a privada se encontram cada vez mais diluídas, assumindo novos significados. Entretanto, não se pode, a partir dessa constatação, adotar como pressuposto que a permeabilidade da

fronteira público-privado, no Brasil, se deva exclusivamente à generalização do uso dos aparelhos celulares. Tais aparelhos apenas revelam certos valores e práticas que têm se generalizado em outros âmbitos da sociedade.

UMA ANÁLISE HISTÓRICO-CULTURAL

Empreender uma análise histórica implica, de início, evitar empregar certas categorias e divisões que foram criadas para pensar outros contextos socioculturais, buscando apoio em autores que abordam o que há de específico na vida cotidiana brasileira. Dessa maneira, podemos melhor compreender o significado que certas práticas (como falar alto ao celular ou ouvir em público músicas em alto volume) adquirem na teia simbólica que conforma nossa cultura. Um dos aspectos centrais dessa vivência reside no fato de que uma clara distinção entre as esferas pública e privada, com fronteiras bem delimitadas, nem sequer chegou a se constituir em nosso país. As sucessivas experiências presenciadas em campo apontam para essa indistinção, que pode ser debitada ao caráter de incompletude da modernidade “à brasileira”, observado por José de Souza Martins (2008). Durante o trabalho de campo, foi possível registrar comportamentos que denotam esses valores, como no excerto a seguir.

“Fala baixo, R”, pede uma colega, e prontamente a aluna responde “falar pode, não devo nada pra ninguém”. Sua colega retruca: “Parece que tá falando com a outra sala!”

A música que a aluna R escuta enquanto conversa aos berros com sua colega, sentada não muito distante de sua carteira, não fica restrita ao seu fone de ouvido. Nos minutos em que a sala fica silenciosa, ela parece embalada pela batida que insiste em permanecer audível. Em alguns trechos, ela divide a letra com o restante da turma. (RA-15, 1º ano X)

No processo de pesquisa, muitas das aulas se mostraram muito barulhentas. As conversas, mesmo que tratando de assuntos particulares, como as experiências sexuais dos alunos, seus namorados e suas namoradas, eram feitas num tom de voz bastante alto. Houve vários episódios em que alunas e alunos em cantos opostos da sala conversavam entre si a partir de seus respectivos lugares.

Tiramonti e Minteguiaga (2010) interpretam, no caso argentino, as ações dos jovens nos espaços públicos com base na circulação dos grupos por diferentes espaços sociais. Enquanto os setores médio e alto frequentam diversos espaços “institucionalizados”, como clubes, centros culturais, igrejas ou academias, os jovens de classes mais desfavorecidas da população se movem do espaço privado de suas casas para lugares

públicos como o bairro, a praça, a vila ou a rua, de modo que boa parte de sua existência dá-se em espaços que as autoras caracterizam como “espaços desregulados”, nos quais os mecanismos de controle são mais débeis, uma vez que menos regulados por instituições. Dependendo dos contextos institucionais frequentados, os jovens acabam reinventando a cultura escolar na qual se inserem, sobretudo quando fortalecidos pelos recursos tecnológicos disponíveis. Todavia, a explicação não se esgota nessa associação, pois, afinal, como explicar que jovens de estratos de classe média também se valham de práticas sonoras em alto volume quando transitam com seus carros pelas ruas das metrópoles ou nos espaços de lazer, como as praias, ainda que reverberando estilos musicais diversos?

O barulho ou o burburinho das aulas nada indica a respeito do nível de aprendizado dos alunos, mas, certamente, denota que, se a cultura familiar transmite determinado modelo de comportamento, os alunos reproduzem em outros contextos as formas de ser e de agir que aí aprenderam. Martins (2008) afirma que a diferença entre a rua e a casa, como dimensões do público e do privado, apresenta um caráter muito sutil em nossa cultura. Segundo esse sociólogo, há “uma certa falta de preocupação com o decoro” nessa indistinção que leva as pessoas a se comportarem em público como se estivessem em casa, o que “constitui um indício forte da precariedade da vida privada entre nós” (MARTINS, 2008, p. 87). Tais comportamentos, bastante disseminados entre os jovens, foram também analisados por Silva (2012, p. 69) no contexto urbano de Florianópolis.

A prática de ouvir celulares sem fone de ouvido parece estar se disseminando entre os jovens no Brasil [...] acontecem até desafios entre garotos e jovens dentro de ônibus e vagões de metrô para ver quem toca mais alto. Os gêneros musicais mais tocados são, pela ordem, funk, hip-hop, pagode, rock e sertanejo.

Dessa forma, é importante ressaltar que tais transtornos não se restringem ao espaço das salas de aula, retratam aspectos de nossa sociedade como um todo. Podemos ver práticas análogas ocorrendo em outros espaços públicos, o que é demonstrado pelo fato de que é cada vez maior o número de locais nos quais determinados usos dos aparelhos celulares se tornaram proibidos.² Presenciar a situação incômoda da utilização de aparelhos sonoros em meio ao transporte público é algo comum e aparece no depoimento de uma das alunas durante o grupo focal realizado para esta pesquisa.

2

Na cidade de Campinas, a utilização de aparelhos sonoros nos ônibus foi recentemente proibida por lei (em especial pelas práticas com os celulares), prevendo até mesmo a utilização de “força policial” para que tal determinação seja cumprida (MARCHEZI, 2012).

F: Existe fone de ouvido pra quê? Eu falo! Uma vez eu entrei dentro do ônibus, tinha lá um rapaz, ele tava escutando funk. “Você não tem fone de ouvido não?”, “Tenho, mas eu deixei em casa”. “Não seja por isso, eu te empresto o meu, mas abaixa que você tá

incomodando todo mundo dentro do ônibus”. Aí todo mundo falou “Eeeeeee!”.

W: Cara, tipo assim, o ônibus já é horrível.

F: É, ônibus lotado.

W: Vamo deixar pelo menos a gente ler? (GF)

Como prática recorrente, o transporte público da cidade de São Paulo tem desenvolvido diversas campanhas que visam a conscientizar os usuários a respeito dos usos impróprios dos aparelhos sonoros, como se pode ver nos cartazes reproduzidos a seguir.

FIGURA 1
CAMPANHA - SPTRANS, 2013

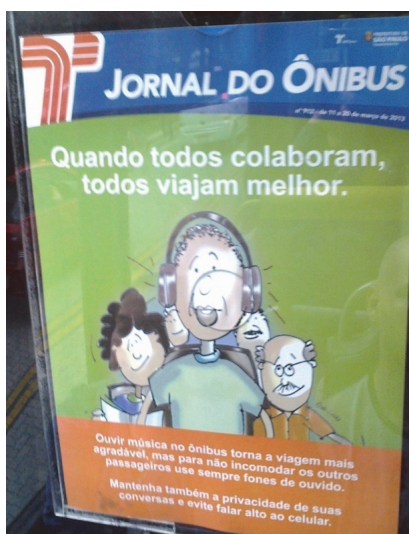


FIGURA 2
CAMPANHA - METRÔ-SP, 2013



Analisar historicamente a produção de nossos traços culturais é base fundamental para a compreensão de nossas atitudes contemporâneas. Essa necessidade de pensarmos a realidade brasileira nos remete à matriz ibérica de nossa colonização, que traz como especificidade o personalismo. Pautada num “*ethos* aventureiro” e não no “*ethos* do trabalho”, a colonização brasileira se deu com base em valores que impuseram a relação pessoal e o culto à personalidade, elegendo o privado e não o público como sua arena principal. Desde seu início entregue às iniciativas de particulares, a colonização teve como marca a grande centralidade dos vínculos pessoais, em que o “privado” não se constituiu a partir do indivíduo como polo oposto ao “público”; mas, antes, as delimitações dessas fronteiras adquiriram um caráter muito mais fluido do que nos países do velho mundo (SCHWARCZ, 2008).

Schwarcz (2008) aponta que, para autores como Sérgio Buarque de Holanda, o liberalismo impessoal teria se caracterizado no Brasil apenas como um “mal-entendido”, uma “fala sem chão”. Numa terra em que havia uma predisposição por mandar e pouca vontade de obedecer, houve também, observa a autora, pouco apego às instituições sociais, bem como uma “maneira torta” de se lidar com as mesmas, o que marca a fragilidade delas e da coesão social. O traço cultural que resultou desse processo histórico é condensado na ideia do “homem cordial” de que nos fala Holanda (1999), num esforço em delinear um traço característico da população brasileira. A cordialidade – resumida pela hospitalidade e generosidade atribuídas pelos estrangeiros ao caráter brasileiro – aparece como forma contrária à polidez, surgida contra o ritualismo que impera na vida social. Como forma de sociabilidade fundada na centralidade dos laços pessoais, a cordialidade seria uma marca que complicou nossa entrada na modernidade e cujos desdobramentos se refletem no caráter de incompletude que nos constitui. Uma ideia do homem cordial, contrário à distância das relações interpessoais, trouxe dificuldades para lidarmos com questões tanto de cidadania quanto de políticas mais gerais e abstratas. Tais resquícios do meio patriarcal – cuja mentalidade é estranha às exigências de uma sociedade de “homens livres” e da igualdade em termos de direitos – estão na base da dificuldade de compreensão da distinção entre público e privado no Brasil.

De fato, a clara distinção entre essas esferas de sociabilidade nunca chegou a se constituir entre nós. No contexto específico da escola, são diversas as situações que denotam essa indistinção, e práticas de distúrbio se tornam frequentes por se inserirem num contexto simbólico em que a demarcação das fronteiras não se impôs como mediação no comportamento das pessoas. Em termos da sociabilidade nos espaços públicos da escola, as práticas de distúrbio mais recorrentes são aquelas relacionadas a atender e falar ao telefone celular no interior das salas de aula ou ao uso dos aparelhos para executar músicas. As práticas sonoras

que se dão por meio dos aparelhos celulares, seja por meio do uso de fones de ouvido ou de alto-falantes, também se encontram generalizadas. A análise dessa generalização aponta para uma relação estreita com esses traços gerais da cultura brasileira.

A prática mencionada por Silva (2012), sobre os desafios realizados pelos jovens em meio ao transporte público da cidade de Florianópolis, teve seu correlato no trabalho de campo desta pesquisa, principalmente nos intervalos das aulas, onde a pluralidade de aparelhos sonoros emitindo músicas gerou um contexto descrito por uma das professoras da escola como a “guerra dos celulares”. Entretanto, é importante ressaltar que, apesar desse traço de caráter geral em termos de sua permeabilidade, que remete a aspectos centrais de nossa cultura, as diversas práticas sonoras na escola passam a adquirir um sentido particular que não pode ser desvinculado de uma ação simbólica.

Mesmo se constituindo como um fator de distúrbio quando executado durante as aulas, a utilização sonora dos celulares nem sempre apresenta a intenção de interrupção da aula por parte do aluno. Temos como exemplo a seguinte situação, sentida mesmo como embaraço numa sala de aula do 1º ano Y, em que se pode ouvir a execução de uma música – *Vaaaaaaai... Vaaaaai...* – em estilo e batida de *funk*, em voz berada. A aluna que utilizava o aparelho se atrapalhou ao encaixar o fone de ouvido no celular, o que fez com que o som fosse liberado pelo alto-falante. Presenciamos também uma postura de alheamento dos alunos, por meio do uso de fones de ouvido, nas aulas de sociologia.

A aluna F, sentada ao fundo da sala, pergunta em voz alta: “Professor, pode ficar com o fone de ouvido na sala de aula?” Ao que ele responde negativamente. “Só pra saber”, diz a aluna. O professor não percebeu o comentário que funcionou como uma indireta. “Ele nem tá vendo o bagulho”, diz outro menino da sala, reforçando a crítica.

Enquanto a maioria dos alunos utiliza os fones de ouvido discretos (earbuds ou intra-auriculares), de cores neutras e disfarçadamente saindo de suas vestimentas, colocados de forma difícil de ser visualizados, outro aluno, sentado à minha frente, aquele que certa vez disse que “não se importa com o que os outros pensam”, está com um fone supra-auricular (com o formato daqueles utilizados pelos DJs), de cor vermelha, que se destaca (destoando) do restante de sua vestimenta. Repreendido pelo professor, o aluno retira o fone de ouvido, mas o mantém debruçado sobre sua carteira e conectado ao celular, que é menor que o fone.

“Você não vai fazer a atividade?”, pergunta o professor. O aluno comenta que está com a mão doendo e que sua colega irá copiar o texto para ele. O professor comenta que ele é folgado. (RA-14, 3º ano Z)

Em outra ocasião, desta feita extravasando o som, um dos alunos, também alheio à aula, agora de inglês, deixou tocar uma música em volume baixo enquanto consultava algo em seu aparelho celular – postura similar à daqueles alunos que utilizam seus fones e que os deixam numa altura mais elevada, prática frequente que torna possível que outros também possam ouvir a música para além de seus fones de ouvido; ou, como visto, como afronta à ordem institucional representada pelo professor e pela escola.³ Depois de certo tempo, desligou-o sem que a professora tomasse qualquer atitude. Com relação às afrontas, é importante ressaltar que essas práticas apareceram com maior frequência nas observações realizadas em algumas turmas e disciplinas específicas. Na aula de matemática, na turma do terceiro ano do ensino médio, por exemplo, certa vez um dos alunos mais participativos ficou cantando, junto com a música executada por seu celular, a letra de uma música de *rap* na frente de um de seus professores, enquanto este pedia diversas vezes para desligá-lo. Só interrompeu a música no momento em que bateu o sinal e os colegas saíram para o intervalo. Esse é um exemplo claro de que a mesma conduta física – a reprodução de músicas através dos alto-falantes dos celulares – constitui ações diversas. Não se reduzindo apenas à conduta física, a ação se soma à interpretação do significado do ator e daqueles com os quais interage (ERICKSON, 1989). Assim, a execução de músicas em alto volume por alunos no contexto das salas aula pode ter como função provocar, diferenciar-se dos demais ou mesmo ausentar-se desses espaços.

Da mesma maneira que a existência das leis não determina a conduta e a ação dos indivíduos – o que fica evidente na lei que proíbe o uso dos aparelhos celulares na escola e que não conseguiu eliminar esses dispositivos do espaço escolar –, a cultura não deve ser concebida como um poder ao qual poderiam ser atribuídos certos acontecimentos sociais ou comportamentos individuais, mas como um contexto no qual acontecimentos sociais, comportamentos, instituições ou processos sociais podem ser descritos de forma inteligível (GEERTZ, 1973). Como contexto simbólico, a cultura brasileira não faz com que os indivíduos ajam de uma determinada forma; ela propicia, em sua especificidade, certas formas de interpretação de significado pelos atores, tornando certas práticas mais frequentes que outras. O descumprimento de regras seria algo mais do que uma mera desobediência às imposições externas. Os indivíduos não são autômatos identicamente socializados que atuam de acordo com rotinas aprendidas, mas pessoas que atuam juntas e encontram sentido nos objetos e nas ações, dando vida, de forma específica e situacional, a regras ou padrões culturais que realizam por meio de suas práticas (ERICKSON, 1989). Daí o espaço à pluralidade de sentidos produzidos em nossas ações cotidianas.

3 Fato observado também por Pereira (2010).

Práticas dos jovens como aquelas citadas anteriormente não se restringem ao contexto geográfico local no qual foi realizado o trabalho de campo. Em outras escolas da periferia de São Paulo, Pereira (2010) presenciou situações similares. Há também, como mencionado, exemplos de usos sonoros de aparelhos celulares por jovens de Florianópolis na etnografia empreendida por Silva (2012). Em um de seus relatos, a autora afirma que uma das professoras permite até mesmo que os alunos escutem o som de seus celulares no interior das salas de aula, com a ressalva de que se trate de músicas de estilo “leve”, que não sejam “música de bandidão” (SILVA, 2012). Por outro lado, apesar de adquirirem sentidos particulares ao serem trazidos para o contexto escolar, cremos que, para interpretarmos essa disseminação e generalização de práticas que se baseiam na exibição pública de músicas em diversas localidades do território brasileiro, é importante sempre ter em mente a especificidade desse contexto, no qual a distinção entre público e privado quase inexistente, como visto acima.

Esse contexto cultural é marcado historicamente por sua dualidade, onde se misturam as exigências de impessoalidade com as do tratamento pessoal. DaMatta (1997) aponta que nossa sociedade apresenta uma distinção básica entre indivíduo e pessoa, correspondendo a cada uma dessas categorias uma determinada forma de concepção do universo social que serve como guia para nossa ação. Não cabe, em nossa sociedade, a imagem de diversos indivíduos que, juntos, buscam se relacionar por meio de “leis fixas e iguais para todos”. Nessa vertente impessoal que configura a cidadania, a noção de pessoa é responsável por realizar vários e sucessivos cortes numa estrutura hierárquica, ao modo de uma máscara de relações posta por sobre o indivíduo, transformando-o, assim, em ser social. Esta última categoria consiste em uma mediação essencial pela qual se relacionam indivíduo e sociedade no Brasil. Conforme DaMatta (1997) observa,

No caso das leis gerais e da repressão, seguimos sempre o código burocrático ou a vertente impessoal e universalizante, igualitária, do sistema. Mas, no caso das situações concretas, daquelas que a “vida” nos apresenta, seguimos sempre o código das relações e da moralidade pessoal, tornando a vertente do “jeitinho”, da “malandragem” e da solidariedade como eixo de ação. Na primeira escola, nossa unidade é o indivíduo; na segunda, a pessoa. A pessoa merece solidariedade e um tratamento diferencial. O indivíduo, ao contrário, é o sujeito da lei, foco abstrato para quem as regras e a repressão foram feitas. (p. 218)

Para o antropólogo, diversas expressões denotariam o desprezo pelo indivíduo na sociedade brasileira (DAMATTA, 1997). Nesse sentido,

um exemplo interessante destacado por ele é o uso policial do termo “indivíduo”, que serve nesse contexto como sinônimo para o pleno anonimato. O sistema de leis culturalmente produzido no Brasil parece como que um aprisionamento da massa, que, embora o siga, sabe que existem pessoas que, por causa de suas relações pessoais, não “precisam” obedecer às leis gerais. Nossa desconfiança e distanciamento das leis também decorrem do próprio grau de abstração com o qual essas leis são construídas, como ressalta o autor: “por termos leis geralmente drásticas e impossíveis de serem rigorosamente acatadas, acabamos por não cumprir a lei” (DAMATTA, 1997, p. 237). O uso do “jeitinho” e do “sabe com quem está falando?” terminariam por engendrar o fenômeno da “total desconfiança em relação a regras e decretos universalizantes” (DAMATTA, 1997, p. 237-238).

Nessa linha, tomemos como exemplo o caso de um professor auxiliar que atende o celular e começa a falar no interior da sala de aula. Ao receber o comentário de uma aluna de que a “lei (de proibição do celular) é pra todos”, ele responde com um sorriso. Como diz Barbosa (1992, p. 75), o “jeitinho” “está associado simultaneamente ao nosso lado cordial, simpático, malandro e também de país que não é sério, incompetente, subdesenvolvido, que prefere o papo à briga, a conciliação à disputa”. Apesar de o “jeitinho” partir de uma pressuposição de igualdade entre as partes (pois partilhamos certa identidade nacional e cultural), tem como resultado a produção de uma desigualdade, já que seu resultado é “pessoal”, pois tudo depende da posição em que se encontra(m) o(s) ator(res)/sujeito(s) na teia de relações interpessoais para filtrar a dinâmica da esfera legal. Isso deixa claro que, em nossas práticas cotidianas, reproduzem-se essa desconfiança e ambiguidade que caracterizam nossa relação com a esfera legal. Não é de se estranhar a incapacidade de resolução por “medidas legais” de questões práticas como o uso de celulares nas salas de aula.

Um quadrinho da *Turma da Mônica* ilustra bem essa situação de exibição pública sonora do aparelho celular:

FIGURA 3



Fonte: Sousa (2011, p. 17).

A presença de uma situação desse tipo no trecho de uma história da *Turma da Mônica* mostra que tais práticas sonoras estão disseminadas pela sociedade brasileira, inclusive entre crianças e pré-adolescentes (público-alvo desses quadrinhos), fazendo parte do repertório simbólico trabalhado pela produção cultural. Dessa maneira, as práticas que vimos e registramos em nosso trabalho de campo não são restritas ao espaço específico das salas de aula, e nos remetem, em termos simbólicos, a outras dimensões de nossa sociedade. Outro argumento que tende a reforçar tal leitura pela chave cultural de práticas similares que ocorrem tanto dentro quanto fora da sala de aula é o fato de que, na revisão efetuada por Thomas e Bolton (2012), músicas executadas em sala de aula não aparecem entre as preocupações dos docentes norte-americanos. Vejamos a descrição de uma das observações realizadas na Escola B para termos uma ideia da amplitude da disseminação dessa prática:

Nesse dia, mudei o lugar a partir do qual realizo minhas observações: sentei-me na primeira carteira da fileira da parede, junto à porta – único acesso à classe. Num primeiro momento, não me pareceu ser um bom lugar para fazer as observações, uma vez que o contínuo movimento de alunos pelo corredor parece tirar a atenção do que está ocorrendo no interior da sala de aula. Enquanto realizo minhas anotações, alguns alunos estão circulando pelo corredor com o celular tocando músicas pelo alto-falante. Também é possível ouvir a batida do funk (apesar de não conseguir ouvir a letra da música) sendo executada no pátio da escola.

Ao passar por mim, a professora da classe comenta sobre os celulares no pátio. Falo com ela que o barulho me desconcentra. Falei da experiência da escola em que trabalho onde existe a rádio dos alunos no intervalo. Ela diz que antigamente eles também a tinham na Escola B, mas apenas no período da manhã. “No intervalo da noite”, diz ela, “não dá nem para ouvi-los conversando; o que ocorre é uma ‘guerra de celulares’. A rádio poderia ser uma forma de impedir que isso ocorresse”, diz ela. (RA-9, 1º ano Y)

O excerto acima permite perceber como, no contexto escolar observado, tais práticas não se restringem ao interior das salas de aula, mas se apresentam também em outros espaços da escola. Essa prática sonora se mostrou bastante generalizada na Escola B e disseminada em diversos espaços, desde o caminho que leva os alunos à escola, pelas ruas, como também, eventualmente, no interior das salas de aula. Com maior frequência, dava-se no pátio escolar, local onde impera a maior dimensão de abstração das personalidades em decorrência de uma maior concentração de pessoas.

Para Martins (2008), a modernidade brasileira ocorreu de forma incompleta pelo fato de ser restrita e de se estabelecer no plano das aparências, e não do viver e do ser em si. Dessa maneira, existe entre nós uma necessidade imperiosa de nos exibirmos e parecermos modernos, mesmo que nas relações sociais ainda vigorem aspectos não modernos. Carregamos isso com os resquícios de nossa origem colonial e da sociedade rural e patriarcal que aqui se formou, traços que nos conformam e que impedem que o espaço público, em seus diversos recortes, apareça com a impessoalidade e decoro tomados como formas de sociabilidade hegemônica na interpretação dos atores sociais.

Se historicamente produzimos uma “personificação do espaço público” (SCHWARCZ, 2008), torna-se difícil o respeito a princípios gerais e abstratos como aqueles contidos nas leis. Essa dificuldade se dá especialmente pelo fato de que se trata muitas vezes de leis inaplicáveis numa dimensão prática da vida cotidiana. A centralidade da categoria de pessoa em nosso contexto cultural agrava a desconfiança em relação à efetividade das determinações legais, pois uma teia de relações pessoais funciona como uma mediação a formas de relação que deveriam ser orientadas por uma vertente impessoal. Por esse conjunto de fatores, a indistinção entre as esferas pública e privada se constitui como traço essencial de nossa cultura e vida em sociedade.

ETIQUETAS MÓVEIS

Um contexto cultural constituído dessa forma torna mais propícia a disseminação de práticas que geram transtornos decorrentes do uso dos aparelhos celulares em público, posto que o espaço público aparece aos atores como que aberto e sugestivo a uma infinidade de usos que terminam por incomodar os outros. É nesse sentido que devemos compreender a permeabilidade que as salas de aula possuem em relação às práticas de distúrbio que ocorrem nesse espaço.

Esse aspecto da vida cotidiana que denota um traço de nossa cultura também foi ressaltado por uma pesquisa realizada em 2012 pela Intel, a qual comparava hábitos de pessoas de diversos países em relação à utilização dos celulares e ao compartilhamento de informações. Segundo os dados dessa pesquisa, 95% dos brasileiros declararam que “gostariam que as pessoas tivessem mais decoro no uso de seus dispositivos móveis em público” (UOL, 12/09/2012). Nessa pesquisa, o brasileiro aparece como “quem mais escuta música alta nos celulares em público” (UOL, 12/09/2012). Tal prática é considerada, em termos gerais, irritante para 62% dos entrevistados e, se considerados apenas os adultos com mais de 55 anos, incomoda a 72% dos que responderam à pesquisa. Outras práticas que também são responsáveis por desagradar os entrevistados são falar ao telefone aos berros (que irrita cerca de 59% dos

entrevistados) e assistir a conteúdos impróprios (que irrita cerca de 49% dos entrevistados) – práticas essas que dizem respeito ao modo como os brasileiros usam os aparelhos celulares em público.⁴

A generalização do uso de celulares em diversos espaços sociais, onde jovens carregam consigo as diversas práticas que se encontram em potencialidade em seus aparelhos tecnológicos, em contrapartida, gera discursos promovidos por parte de “especialistas”. Alguns defendem o que poderia ser caracterizado como uma “Etiqueta Móvel”,⁵ tal qual descrita por Anna Post, do *Emily Post Institute*. Comentando a pesquisa da Intel sobre hábitos dos consumidores de aparelhos celulares, ela afirma que essa pesquisa indica que

[...] a preocupação de agora em diante não será mais se compartilharemos online, mas como compartilharemos. Os dispositivos móveis nos permitem compartilhar informações em tempo real, e a etiqueta nos ajuda a decidir como compartilhar e nos conectar de maneiras positivas e que melhorem nossos relacionamentos. (UOL, 12/09/2012, grifos nossos)

Tais discursos mostram que, em termos globais, as práticas tecnológicas contemporâneas são encaradas como dadas e, ao que tudo indica, irreversíveis na totalidade dos contextos que compreendem nossa vida cotidiana. Quanto ao sentido de construção de certa “etiqueta” no uso desses aparelhos, há também práticas que, mesmo não se constituindo como uma “etiqueta móvel” geral, estão sendo realizadas pelos jovens. Apesar da influência dos aspectos que caracterizamos como fazendo parte de um contexto cultural brasileiro, base para compreendermos o potencial de disseminação atingido por determinadas práticas, temos outras que surgem no interior dessa cultura, incluindo a instituição escolar, produzindo formas contrárias a essa tendência geral e que não se restringem aos docentes e aos papéis institucionais. Essas práticas não se conformam ao contexto cultural que relativiza as distinções entre o público e o privado ou negam as práticas sonoras que se repercutem em nosso contexto cultural. O excerto a seguir indica a emergência de uma “etiqueta” na escola, por iniciativa de alunos da Escola B, onde realizamos a pesquisa:

Em meio ao relativo silêncio, podemos ouvir o toque de mais um celular chamando. Uma das alunas da frente da turma se vira para trás e repreende seu colega: “– Ô, bota no silencioso aí”. (RA-10, 1º ano X)

Vistas como fragmentos de decoro de um espaço público em pedaços ou, na concepção dos alunos, como “educação” de seus colegas, essas práticas são realizadas por meio de pedidos de desculpas por parte

4

Para outros dados estatísticos sobre o tema, ver Salatino e Bueno (2015).

5

Segundo a autora, a “Etiqueta móvel” consiste na forma como interagimos com outros, tanto pessoalmente como de maneira virtual. Socialmente, já não nos preocuparíamos mais com a questão do “se” vamos compartilhar algum conteúdo, estaríamos preocupados com a maneira “como” iremos compartilhá-lo, – nisso consiste a questão da “etiqueta” no uso dos aparelhos celulares.

de alunos cujos celulares tocaram durante a aula por esquecimento de colocar o aparelho no modo silencioso. Ou por alunos que, quando ouvem os toques ou percebem as chamadas pelo modo silencioso, pedem licença ao professor para atender os celulares, em geral com embaraço, enquanto caminham para fora da sala de aula sussurrando suas conversas.

Dessa forma, não poderíamos proceder à generalização de que “os jovens” brasileiros são indiferentes ao desconforto gerado pelos aparelhos celulares. Essa forma de definir os jovens deve ser analisada e, se há traços que parecem ser gerais, teríamos em sociedades complexas diversos recortes culturais em termos de universos simbólicos (como, por exemplo, de *gênero* ou de *tribos juvenis*, de *ethos* de classe, entre outras), cuja diversidade se torna evidente nas vivências dos próprios alunos e que é retratada através das representações de uma parcela desses estudantes sobre tais práticas, como se pode ver na passagem a seguir.

As alunas sentadas atrás do observador comentam, inconformadas, um fato que presenciaram no metrô. Uma delas conta que viu meninas sentadas no chão (do metrô) com o celular tocando funk. “Mó favelada, comendo Trakinás, ouvindo funk, outras minas de escola chegaram e cantaram junto”. “Ó, é tudo favelada”, reforça a colega.

Enquanto conversava, a aluna movia o aparelho celular, segurando com sua mão esquerda, da mesma forma que a menina sentada ao seu lado movimentava o seu aparelho na mão esquerda e, a seguir, o debruça levemente sobre a apostila. (RA-10, 1º ano X)

Com o celular nas mãos, as alunas estão ao mesmo tempo próximas e distantes das práticas de outros jovens. Isso nos permite inferir que, nas representações dessas jovens, tais práticas se encontram restritas a determinado grupo, tendo seu valor depreciado e/ou repreendido por outros; representações próximas das que vemos em comentários virtuais sobre a reportagem, veiculada pelo UOL (2012b) e mencionada anteriormente, a respeito das formas de uso de aparelhos celulares. No espaço virtual, há comentários que tendem a generalizá-las como características dos brasileiros. Tais como: “O brasileiro adora um barulho. Ele gosto (*sic*) de música alta no celular, no aparelho de som, no carro... Gente barulhenta demais, Credo!”. Encontramos também outros que tendem a circunscrever tais práticas: “brasileiros, corrija (*sic*) funkeiros”; ou “99,9% são funkeiros”; ou ainda:

A maioria (99,9%) é do funk, mas já ouvi samba, forró, pagode, rock e música gospel. Acho o funk e o pagode os mais irritantes, principalmente quando são aquelas músicas que só tem gritaria e ninguém entende nada. (UOL, 12/09/2012)

Afirmar que há traços gerais da cultura brasileira não significa pretender que ela se incorpore, da mesma maneira, em cada um dos indivíduos que pertencem a essa cultura. Compreendemos a cultura como processo, no qual cabe um papel ativo aos sujeitos sociais em sua atualização, como “invenção” de si mesmos a partir do material simbólico que lhes é preexistente (WAGNER, 2010). Ressaltar a importância de certos traços da cultura brasileira, em nossa análise, é, portanto, uma forma de delinear um contexto no qual as ações individuais, tal qual nos fala Geertz (1973), possam ser compreendidas como ações simbólicas, ações que dizem algo a respeito de nossa sociedade. Entretanto, é importante lembrarmos que, como aspectos de uma modernidade incompleta (MARTINS, 2008), outras formas de postura podem coexistir com aquelas que reproduzem os traços essenciais de nossa cultura.

De toda forma, parece que as práticas de exibição através do som possuem um grande poder de propagação na medida em que são reforçadas por várias outras práticas que possuem respaldo nas lógicas específicas dessa modernidade de aparência, as quais se proliferam nas especificidades de uma “cultura brasileira”. Uma observação feita durante o trabalho de campo pode dar respaldo a essa interpretação. Em certa ocasião, na saída das aulas, observamos um grupo de alunos tomando um carro em que o som estava ligado e era propagado por suas potentes caixas de som, atraindo os olhares de todos aqueles que, em sua maioria, caminham a pé em direção ao ponto de ônibus ou para suas casas. Dessa maneira, a tríade automóveis-celulares-caixas de som parece desenvolver práticas que se reforçam e servem de referência mútua, além de funcionar, muitas vezes, como símbolos que buscam representar a própria virilidade dos homens, tal como aponta Pereira (2010) quando fala a respeito dos automóveis. Essa interpretação converge com a de Silva (2012, p. 80):

No caso da audição de música, especialmente o *funk*, sem fone de ouvido, acredito que a prática de ocupar o espaço sonoro em torno de si, no espaço público, forneça um correlato da masculinidade viril relacionada ao corpo esteticamente musculoso [...]. Argumento também que as “práticas de subversão” conferem ao jovem e ao homem um capital de prestígio advindo do fato de poder subverter, ainda que até certo ponto, regras institucionalizadas e não ser um mero “mané”.

Para a autora (SILVA, 2012), as atividades sonoras são atividades que se fundam na *performance* pública da masculinidade. Decerto, parte das práticas sociais presenciadas em nosso campo, como aquela dos alunos saindo da escola com suas caixas de som ligadas em alto volume, correlaciona-se com *performances* de masculinidade. Lembremo-nos dos

jovens de diversas classes sociais que exibem os signos tecnológicos dos potentes aparelhos sonoros instalados em seus carros, combinados com outras formas de *tunning*, como as luzes e adesivos que singularizam os automóveis, e cuja acumulação de signos tecnológicos e de potência guardam correlação com sua virilidade, tais quais os galos e sua capacidade de luta estão para os balineses (GEERTZ, 1973). Entretanto, é importante relativizar o uso da categoria de “gênero”⁶ nessa interpretação sobre o uso sonoro de aparelhos celulares, uma vez que a pluralidade de significados descritos anteriormente diminui a força do argumento principal de Silva (2012). Os dados colhidos em nossa pesquisa por meio de questionários apontaram que, dentre os 43% de jovens que afirmam fazer uso do viva-voz dos celulares para executar músicas, a distribuição por sexo, embora guarde diferença quanto ao uso que fazem desses aparelhos, é também expressiva entre os jovens do gênero feminino, que afirmam fazer uso do viva-voz dos celulares para executar músicas.

Dentre os jovens que executam músicas em seus celulares, 42% são jovens que pertencem ao sexo feminino, utilizando o alto-falante de seus celulares para ouvir músicas. Dessa forma, não podemos sobrevalorizar a categoria gênero e associar uma dimensão de *performance* de masculinidade ao uso de tecnologias móveis, como no caso dos aparelhos celulares. É necessário levar em conta os diferentes contextos nos quais essa *performance* se realiza. Mesmo as práticas que, segundo Silva (2012), se constituem como um “capital de prestígio masculino” não se restringiram aos jovens do sexo masculino em nosso estudo. Algumas alunas, por exemplo, ligaram o celular em diferentes situações com único intuito de provocar determinados professores. Temos também práticas que não são lidas sob o signo da “afronta”, mas que também se sustentam por meio da utilização sonora e exibição dos aparelhos, e que são bem mais frequentes que as anteriores, como os sucessivos casos que ocorriam nos intervalos, em que rodas de amigas tinham suas conversas embaladas pelo ritmo *funk*, por puro prazer e divertimento, sem nenhum caráter “subversivo” em relação à ordem institucional.⁷

Para compreender essas práticas sonoras dos celulares e dos automóveis, é importante aprofundar outra pista contida no artigo de Silva (2012), qual seja, a urgência sentida pelos jovens em preencher uma espécie de vazio, e que se encontra na bela imagem formulada por um dos jovens entrevistados pela autora sobre o significado da utilização de seu aparelho: “ocupar onde não tem nada”. Nas palavras desse jovem: “Assim, tu vai num lugar onde não tem nada, tu bota uma musiquinha, até soltando uma pipa... qualquer lugar... no shopping” (SILVA, 2012, p. 70).

Como compreendermos que o *shopping*, a casa e, especialmente, a escola sejam lugares onde “não tem nada”? Para respondermos a essa questão, devemos relacionar os contextos de nossa vida cotidiana ao

6

Sobre diferenciações quanto ao uso tendo por base o gênero, Verza e Wagner (2008) já apontam para alguns aspectos, como o maior uso de jogos e “envio de mensagens” pelos meninos, enquanto que as meninas os utilizam mais para “conversar com suas amigas”.

7

Insistimos que, tanto entre as meninas como entre os meninos, na escola observada, grande parte das práticas sonoras não são realizadas por jovens que se “socializam contra a escola” (DUBET, 1998), mas por aqueles que se “socializam paralelamente”. Assim, não possuem um caráter de afronta, mas de *alheamento*, isso em relação a ambos os sexos.

fato de que o ambiente audiovisual, seja a mídia de massas ou nossas seleções pessoais de música, conforma um ambiente com o qual nós interagimos de forma constante e automática, de modo que sua ausência nos aparece como um “vazio”. A esse respeito, Castells (1999) ressalta que aparelhos tipo *walkman*, antecessores, em certa medida, dos aparelhos de MP3 e Ipods (e de certos usos sonoros dos aparelhos celulares), produziram um ambiente de áudio portátil, com os quais, por meio da seleção pessoal das músicas, os adolescentes constroem “suas paredes de sons contra o mundo exterior” (p. 419).

Como bem observa Castells (1999), muitas vezes, a ação de sermos espectadores ou ouvintes das mídias ou músicas é combinada com as atividades domésticas e outras formas de interação social. Nossos alunos o atestam quando fazem as atividades ou interagem com os colegas com ou apesar dos seus fones. Nas salas de aula, os jovens constroem com seus fones de ouvido “uma parede” tão porosa quanto as das instituições contemporâneas, nas quais não notamos a distinção entre o “dentro” e o “fora” de que fala Hardt (2000). Essa lógica exterior trazida pelos jovens para o interior da instituição escolar aparece como lógica sociocultural em que a mídia e as músicas são “a presença de fundo quase constante, o *tecido de nossas vidas*” (CASTELLS, 1999, p. 419, grifos nossos).

Ao contrário de contextos culturais “tradicionais”, em que há uma inércia simbólica maior, a cultura das metrópoles é incessantemente recriada através de um material simbólico que circula em escala global. Nesse contexto, a identidade não pode ser compreendida como algo estático; antes, a identidade contemporânea seria construída na relação com essa enorme quantidade de material audiovisual. Não se reduzindo a uma “narrativa ritualizada”, a identidade é um “relato que reconstruímos incessantemente, que reconstruímos com os outros, a identidade se torna também uma co-produção” (CANCLINI, 2001, p. 173).

As práticas sonoras ocorridas no interior das salas de aula, nos corredores, no pátio da escola, nas ruas da cidade ou em outros espaços públicos, na tentativa de afirmar uma identidade precária e efêmera, podem ser entendidas, portanto, como formas através das quais buscamos narrar coletivamente nossa identidade neste contexto pós-moderno. Ou melhor, neste contexto pós-humano, tal como definido por alguns autores que, ao tratarem das subjetividades contemporâneas, consideram não apenas as relações entre os humanos, mas, também, entre os humanos e os não humanos, incluindo nesta última categoria tanto os animais como as máquinas, as coisas, as tecnologias (BRAIDOTTI, 2016).

Nesse sentido, recorrer a Simmel (2005) também pode nos ajudar, uma vez que tais ações, encenadas coletivamente em nossa luta cotidiana contra as abstrações sociais, representam a necessidade que teríamos de nos singularizar e de nos exibir nesse contexto. Não seriam ações reduzidas, portanto, a *performances* masculinas, mas decorrentes

do caráter *blasé* da vida urbana na metrópole, em que se move a sociedade como um todo. Conforme o sociólogo,

Por um lado, a vida torna-se infinitamente mais fácil, na medida em que estímulos, interesses, preenchimentos de tempo e consciência se lhe oferecem de todos os lados e a sugam em uma corrente na qual ela praticamente prescinde de qualquer movimento para nadar. Mas, por outro lado, a vida compõe-se cada vez mais desses conteúdos e programas impessoais que pretendem recalcar as colorações verdadeiramente pessoais e o que é incomparável. E isso de tal modo que, para salvar o que há de mais pessoal, é preciso convocar o que há de extremo em peculiaridade e particularização, e é preciso exagerá-las para que se possa tornar audível, inclusive para si mesmo. (SIMMEL, 2005, p. 588)

Um relativo silêncio, como polo oposto, constitui-se como que um vazio midiático-sonoro experimentado como sentimento de ausência, ao modo de um pano de fundo contraditório em relação ao imenso acúmulo de signos, imagens e informações que nos são transmitidos incessantemente por diversas fontes. Dessa forma, busca-se colorir aqueles conteúdos “acinzentados” (pelo excesso) que cercam nossa existência. Na esperança de produzir novas relações, os indivíduos “exageram” suas práticas sonoras, num contexto já preenchido e transbordante de estímulos audiovisuais. Dessa maneira, em decorrência da hipertrofia audiovisual de nosso contexto cultural, o nível necessário de manifestação para que se consiga o efeito de diferenciação individual acaba por ser inevitavelmente incômodo para muitas pessoas.

Nesse sentido, tomamos como exemplo o caso da “guerra de celulares” que ocorre na Escola B, já referida. A prática de utilização sonora dos celulares nos intervalos entre as aulas é recorrente. A cena é a de jovens sentados no chão do pátio escolar ou em meio às passagens que dão acesso às salas dos professores. Eles estão dispostos em forma de rodas e alguns grupos têm suas conversas embaladas pelo som que se propaga através dos alto-falantes dos celulares. Não se trata de demarcar territórios de estilos diversos, pois diferentes músicas de *funk* competem nesse mesmo espaço, mas territórios em que as redes de sociabilidade funcionam como filtro das narrativas identitárias. Antes, trata-se de práticas que reforçam os laços de amizade entre os jovens, cujas estratégias de singularização contrapõem esses grupos aos de outros estudantes, bem como a outros indivíduos que se utilizam da mesma estratégia de exibição sonora no espaço público. Ao comentar sobre essa “guerra dos celulares”, como estratégia de diferenciação empreendida por parte dos indivíduos em sua luta contra as abstrações que governam a vida moderna (SIMMEL, 2005), a ideia de uma das professoras, de estabelecer

uma rádio única para o conjunto dos estudantes, aponta, por outro lado, para o reforço do sentido da massificação e homogeneização, abstração característica da vida na metrópole e das instituições sociais.

Apesar apresentarem traços que remetem a aspectos centrais do contexto cultural brasileiro, as práticas dos jovens nos intervalos escolares denotam uma forma intermediária entre o que há de específico e historicamente produzido em nossa cultura e as pressões da cultura contemporânea globalizada. Isso porque as práticas dos jovens no espaço escolar nos remetem a um caráter mais geral da relação com o espaço público, caráter esse já não restrito à especificidade brasileira, mas que, se enredado em um contexto tanto de modernidade das aparências como de indistinção entre privado e público, complica e propicia a utilização de seu espaço como suporte para práticas que visam à distinção dos indivíduos. Essa postura aponta para a mudança contemporânea em relação ao significado do termo *público* até mesmo nos países centrais do capitalismo. A esse propósito, diz Bauman (2000, p. 71):

Era costume aplicar-se esse conceito a coisas e eventos de natureza “coletiva”, coisas e fenômenos que não podiam ser reivindicados como assunto privado, quanto mais de posse exclusiva, mas sobre os quais todo mundo podia pretender alguma autoridade pelo fato de tais coisas e eventos afetarem seus interesses e bens privados. Agora invertia-se também a definição de público, transformando em território onde são exibidos os assuntos particulares e bens pessoais.

Nesse contexto, o público aparece cada vez menos como um espaço marcado pela impessoalidade, onde poderíamos discutir questões sobre interesses e bens comuns, e cada vez mais como espaço no qual as pessoas sentem a necessidade de mostrar, umas às outras, quem elas “realmente são”. Decorrem disso as práticas de exibição pública de assuntos e coisas sem importância “pública”, que termina por constituir esse espaço público não como contexto comum, mas como uma “colcha de retalhos de anseios pessoais”, agregando problemas e preocupações privadas num esforço de singularização, esforço em deixar sua marca num espaço essencialmente marcado pela abstração social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos o uso dos aparelhos celulares pelos jovens como ações simbólicas, ações que são comentários a respeito de mais do que si mesmas. Os diversos usos, em especial o sonoro – em alto volume de músicas de diferentes estilos, não nos falam somente sobre seus gostos, sobre suas personalidades, pois, a partir dessas músicas, podem ser lidos

aspectos centrais de nossa cultura e sociedade. Elas nos falam sobre certa forma de lidarmos com e encararmos o espaço público – forma historicamente constituída e que tem por característica, em nossa modernidade brasileira, a indistinção entre as esferas pública e a privada. Decorre disso a ambiguidade com que lidamos com leis abstratas, como a que proíbe o uso de celulares nos espaços públicos, e o fato de nos comportarmos nesses espaços como se estivéssemos em nossas próprias casas. Realizar uma descrição densa da relação dos jovens com os aparelhos tecnológicos significa analisarmos de que forma suas práticas denotam um aspecto central da cultura brasileira. Na contemporaneidade, esse traço cultural se encontra enredado numa escala global de permeabilidade entre as esferas de convivialidade e sociabilidade, num processo de ressignificação do espaço público que não é característico apenas da cultura brasileira, mas da pós-modernidade como um todo. A exibição pública, o falar alto ao celular e as estratégias de singularização através da utilização sonora dos aparelhos se constituem como práticas nas quais os atores realizam uma leitura do espaço público não como um contexto comum, a ser tratado com certa dose de decoro e ritualismo que imperam na vida social. Essas práticas, cujos sentidos se reforçam mutuamente, denotam um espaço público que se apresenta aos atores sociais como sugestivo aos usos incômodos das tecnologias sonoras, pela indistinção público/privado por um lado, mas também por um espaço público esvaziado de sentido, compreendido apenas como lugar no qual os sujeitos tornam públicos aspectos e características de sua vida privada.

A “guerra dos celulares”, o uso constante das potencialidades sonoras dos celulares pelos jovens, constitui um exemplo nesse sentido. O espaço público serve, então, como suporte da narração de uma identidade num contexto simbólico pós-moderno, marcado pela fragilidade institucional e pela volatilidade simbólica. Contexto no qual os atores constroem e reconstroem identidades efêmeras, cotidianamente atualizadas, que necessitam ser narradas, exibidas e demonstradas, e o são por meio das marcas, das músicas e dos celulares dos jovens. Num mundo saturado de estímulos audiovisuais, dominado pela abstração e pela homogeneização, torna-se necessária certa dose de exauro para que os atores alcancem o efeito de singularidade. As práticas que esses jovens estabelecem denotam a complexidade das ações em meio à teia simbólica de nossa cultura. É nesse jogo de singularização que se entrelaçam os diferentes níveis que conformam essa cultura – a cultura de classe, a cultura propriamente brasileira e a cultura capitalista. Essas ações condensam traços e deixam pistas com as quais podem ser lidos aspectos essenciais da experiência dos jovens na escola e na sociedade contemporânea, o que vale dizer, da cultura escolar que hoje se refaz.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Lúvia. *O jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BOURDIEU, Pierre; SAINT-MARTIN, Monique. Goûts de classe et styles de vie. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 5, p. 18-43, out. 1976.
- BRAIDOTTI, Rosi. Posthuman critical theory. In: BANERJI, Debashis; PARANJAPE, Makarand R. (Org.). *Critical posthumanism and planetary futures*. New Delhi: Springer India, 2016. p. 13-32.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DUBET, François. A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização. *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, Ano 3, v. 3, p. 27-33, 1998.
- ERICKSON, Frederick. Metodos cualitativos de investigacion sobre la enseñanza. In: WITTROCK, M. C. (Org.). *La investigación de la enseñanza*. Vol./Tomo II. Métodos cualitativos y de observación. Barcelona: Paidós, 1989. p. 125-301.
- GEERTZ, Clifford. *The interpretation of cultures*. New York: Basic Books, 1973.
- HARDT, Michael. A sociedade mundial de controle. In: ALLIEZ, Éric (Org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: 34, 2000. p. 357-372.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- LASEN, Amparo. History Repeating? A Comparison of the launch and uses of fixed and mobile phones. In: LASEN, Amparo; HAMIL, Lynne (Org.). *Mobile World: past, present, and future*. New York: Springer, 2005.
- MARCHEZI, Fabiana. Campinas proíbe uso de aparelhos sonoros sem fone de ouvido em ônibus municipais. *UOL*, 31 jul. 2012. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/07/31/campinas-sp-proibe-uso-de-aparelhos-sonoros-sem-fone-de-ouvido-dentro-de-onibus.htm>>. Acesso em: 1 ago. 2012.
- MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia & antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. 1ª edição publicada em 1950.
- NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. Impactos psicológicos do uso de celulares: uma pesquisa exploratória com jovens brasileiros. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 20, n. 2, p. 165-174, 2004.
- OLHAR Digital. Brasileiro é quem mais escuta música alta nos celulares em público, *UOL*, 10/09/2012b. Disponível em: <http://olhardigital.uol.com.br/negocios/digital_news/noticias/brasileiro-e-campeao-mundial-em-ouvir-musica-alta-nos-celulares-em-publico>. Acesso em: 13 set. 2012.
- PEREIRA, Alexandre Barbosa. *A maior zoeira: experiências juvenis na periferia de São Paulo*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- SALATINO, André Torelli; BUENO, Belmira Oliveira. Entre mundos juvenis: o papel das tecnologias na escolarização de alunos das classes populares. *ETD: Educação Temática Digital*, v. 17, p. 576, 2015.
- SCHWARCZ, Lilian Moritz. Sérgio Buarque de Holanda e essa tal de “cordialidade”. *IDE*, São Paulo, v. 31, n. 46, p.83-89, 2008.

- SILVA, Sandra Rúbia. Eu não vivo sem celular: sociabilidade, consumo, corporalidade e novas práticas nas culturas urbanas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., 2007, Santos. *Anais...* Brasília: Intercom, 2007. p. 1-15.
- SILVA, Sandra Rúbia. Performances de masculinidade, práticas de subversão: o consumo de telefones celulares entre jovens de camadas populares. *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 9, n. 26, p. 61-82, 2012.
- SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005. 1ª edição publicada em 1903.
- SOUSA, Maurício de. *Almanaque da Mônica*. Barueri: Panini Comics, n. 51, 5 de março de 2011.
- THOMAS, Kevin; BOLTON, Natalie. Cell phones in the classroom: educator's perspectives. In: SOCIETY FOR INFORMATION TECHNOLOGY & TEACHER EDUCATION INTERNATIONAL CONFERENCE, 2012, Chesapeake. *Anais...* Chesapeake: AACE, 2012. p. 2129-2140.
- TIRAMONTI, Guillermina; MINTEGUIAGA, Analía. Una nueva cartografía de sentidos para la escuela. In: TIRAMONTI, Guillermina (Org.). *La trama de la desigualdad educativa: mutaciones recientes en la escuela media*. Buenos Aires: Manantial, 2010. p. 101-118.
- UOL. Adrenaline. Usar smartphone no banheiro e igrejas é hábito comum entre os brasileiros, revela estudo da Intel. 12/09/2012a. Disponível em: <<http://intel.adrenaline.uol.com.br/internet/noticias/13871/usar-smartphone-no-banheiro-e-igrejas-e-habito-comum-entre-os-brasileiros-revela-estudo-da-intel.html>>. Acesso em: 13 set. 2012.
- VERZA, Fabiana; WAGNER, Adriana. O telefone celular e o adolescente: sua utilização e repercussões na família. In: MOSTRA DE PESQUISA DA PÓS-GRADUAÇÃO PUCRS, 3., 2008. Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: PUCRS, 2008. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/online/IIIImostra/Psicologia/62338%20-%20FABIANA%20VERZA.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2013.
- WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

Recebido em: 09 OUTUBRO 2017 | Aprovado para publicação em: 29 NOVEMBRO 2017



Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da licença Creative Commons do tipo BY-NC.